

## Lista de iniciativas sobre habitação pendentes de apreciação pela 11ª Comissão Parlamentar

### A - Iniciativas com prazo de 15 dias, a contar de 4.5.2018 – baixaram ao GTHRUPC

1. [Projecto de lei n.º 853/XIII/3ª \(BE\)](#) - Estabelece a suspensão de prazos do novo Regime do Arrendamento Urbano e de processos de despejo – 15 dias
2. [Projecto de lei n.º 854/XIII/3ª \(PS\)](#) - Estabelece um regime extraordinário e transitório de proteção de pessoas idosas ou com deficiência que sejam arrendatários e residam no mesmo local há mais de 15 anos – 15 dias

### B - Iniciativas com prazo de 45 dias, a contar de 4.5.2018 – baixaram ao GTHRUPC

1. [Projecto de lei n.º 770/XIII/3ª \(PCP\)](#) - Revoga a revisão do regime jurídico do arrendamento urbano aprovado pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto – 45 dias
2. [Projecto de lei n.º 847/XIII/3ª \(BE\)](#) - estabelece medidas de combate à precariedade no arrendamento habitacional (introduz alterações ao Código Civil, aprovado pelo decreto-lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, e ao Novo Regime de Arrendamento Urbano) – 45 dias
3. [Projecto de lei n.º 848/XIII/3ª \(BE\)](#) - altera o Código Civil, aprovado pelo decreto-lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, para aprimoramento do exercício do direito de preferência pelos arrendatários (septagésima quarta alteração ao dl 47344/66 de 25 de novembro) – 45 dias
4. [Projecto de lei n.º 849/XIII/3ª \(BE\)](#) - assegura aos municípios mecanismos de financiamento adequados à promoção de políticas de habitação (procede à sétima alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) – 45 dias
5. [Projecto de lei n.º 850/XIII/3ª \(BE\)](#) – estabelece a punição contra-ordenacional por assédio no arrendamento – 45 dias
6. [Projecto de lei n.º 852/XIII/3ª \(PEV\)](#) - Revoga a Lei n.º 31/2012 de 14 de agosto (Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano) – 45 dias
7. [Projecto de resolução n.º 1555/XIII \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que reformule os trâmites do Balcão Nacional de Arrendamento – 45 dias
8. [Proposta de lei 127/XIII \(Gov\)](#) - Autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação que preveja a isenção de tributação dos rendimentos prediais decorrentes de arrendamento ou subarrendamento habitacional no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível – 45 dias
9. [Proposta de lei 128/XIII \(Gov\)](#) - Estabelece taxas autónomas diferenciadas de IRS para rendimentos prediais nos contratos de arrendamento habitacionais de longa duração – 45 dias

10. [Proposta de lei 129/XIII \(Gov\)](#) - Estabelece medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio na posição dos arrendatários e dos senhorios, a reforçar a segurança e estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade – 45 dias

<b>C. Iniciativas com prazo de 45 dias, a contar de 11.5.2018</b>
---

1. [Projecto de lei 821/XIII \(CDS-PP\)](#) - Cria um incentivo ao arrendamento habitacional, reduzindo a taxa de tributação autónoma, em sede de IRS, dos rendimentos prediais, resultantes de contratos de arrendamento para habitação, procedendo à alteração do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro

2. [Projecto de resolução 1476/XIII \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à alteração do sistema de fundos de reserva dos edifícios em vigor, garantindo a sua efetiva existência e utilização devida, através de uma fiscalização a ser realizada pelos municípios, promovendo a existência do financiamento necessário para a conservação dos edifícios

2. [Projecto de resolução 1477/XIII \(CDS-PP\)](#) - recomenda ao Governo a adoção de medidas para a proteção e promoção do arrendamento, nomeadamente as medidas necessárias para a criação do regime jurídico do seguro de renda

4. [Projecto de Resolução 1582/XIII \(CDS-PP\)](#) - Transparência nos processos de alienação ao fundo nacional de reabilitação do edificado de imóveis do Estado

5. [Projecto de Resolução 1583/XIII \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, que proceda à reconversão e reabilitação dos edifícios que integram a Colina de Santana, em Lisboa, para que possam ser utilizados para habitação, num programa a criar, ou já existente, com vista ao arrendamento para fins habitacionais a preços moderados, principalmente dirigido a jovens e famílias de classe média

6. [Projecto de Resolução 1584/XIII \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda ao levantamento do Património Imobiliário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no sentido de criar um programa com vista à reabilitação ou construção de imóveis para arrendamento para fins habitacionais a preços moderados

7. [Projecto de Resolução 1586/XIII \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que crie um seguro de renda

8. [Projecto de Resolução 1588/XIII \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que crie um subsídio para o arrendamento em situações de fragilidade súbita

9. [Projecto de Resolução 1591/XIII \(PSD\)](#) - Programa de Cooperação entre o Estado e as autarquias locais para o aproveitamento do Património Imobiliário Público com vista ao arrendamento

**D. Outras iniciativas sobre a matéria, ainda não agendadas na generalidade**

1. [Projecto de lei nº 863/XIII \(PSD\)](#) - Revogação do Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI)
2. [Projecto de lei 864/XIII \(PSD\)](#) - Alteração do Código ao Imposto sobre Pessoas Singulares para dedução de encargos com imóveis de jovens até 30 anos com contratos de arrendamento
3. [Projecto de lei 866/XIII \(PSD\)](#) - Alteração da taxa especial dos rendimentos prediais
4. [Projecto de Resolução 1585/XIII \(PSD\)](#) - Dinamização da Comissão Nacional da Habitação –
5. [Projecto de Resolução 1587/XIII \(PSD\)](#) - Aperfeiçoamento do Balcão Nacional do Arrendamento
6. [Projecto de Resolução 1589/XIII \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que crie um subsídio para o arrendamento para famílias numerosas e monoparentais